

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.317 - PR (2019/0167905-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : GILSON VERONEZI
ADVOGADO : ANDERSON MANIQUE BARRETO - PR025979

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **1.** CRIME DE DESCAMINHO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. **2.** EXISTÊNCIA DE UMA CONDENAÇÃO ANTERIOR. SITUAÇÃO QUE, POR SI SÓ, NÃO DEMONSTRA HABITUALIDADE DELITIVA. **3.** AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Como é cediço, a lei penal não deve ser invocada para atuar em hipóteses desprovidas de significação social, razão pela qual os princípios da insignificância e da intervenção mínima surgem para atuar como instrumentos de interpretação restrita do tipo penal. Entretanto, a ideia não pode ser aceita sem restrições, sob pena de o Estado dar margem a situações de perigo, na medida em que qualquer cidadão poderia se valer de tal princípio para justificar a prática de pequenos ilícitos, incentivando, por certo, condutas que atentem contra a ordem social.

2. Desta forma, o princípio da insignificância deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade penal, observando-se a presença de "certos vetores, como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada" (HC n. 98.152/MG, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe 5/6/2009).

3. Prevalece no Superior Tribunal de Justiça o entendimento no sentido de que a existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais pode caracterizar a habitualidade delitiva e, conseqüentemente, afastar a incidência do princípio da insignificância. Contudo, na hipótese dos autos, verifica-se que há apenas uma condenação anterior (e-STJ fl. 10), motivo pelo qual não é possível se concluir que há

habitualidade delitiva.

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator